

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 13, Número 1, Maio de 2024

Traduções

A surpreendente resiliência da democracia

Steven Levitsky e Lucan A. Way

**Países do Golfo Pérsico e sharp power:
de aliados a adversários**

Christopher Davidson

O autocrata em formação: 10 anos do regime Sisi

Hesham Sallam

A resistência global aos direitos LGBTQI

Phillip Ayoub e Kristina Stoeckl

Artigos Inéditos

Crise climática e crise da democracia?

**Um mapeamento dos desafios para as democracias
em um mundo que aquece**

Luiza Veronese Lacava, Marina Shlessarenko Fraife Barreto e

Mônica Sodré Pires

**A integração da África nas finanças internacionais
e suas consequências políticas**

Nicolas Lippolis

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDA O FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Crise climática e crise da democracia? Um mapeamento dos desafios para as democracias em um mundo que aquece.

*Luiza Veronese Lacava, Marina Slhessarenko Fraife Barreto
e Mônica Sodré Pires*

Luiza Veronese Lacava   advogada pela Universidade de São Paulo e mestra em Direito e Desenvolvimento pela Escola de Direito da Funda o Getulio Vargas.   chefe de Gabinete da Rede de A o Política pela Sustentabilidade e professora de p s-gradua o da Funda o Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Marina Slhessarenko Barreto   advogada e doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.   pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e do Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo. M nica Sodré   cientista política com doutorado em Rela es Internacionais pela Universidade de São Paulo.   senior fellow do Centro Brasileiro de Rela es Internacionais e diretora executiva da Rede de A o Política pela Sustentabilidade.

A interse o entre democracia e mudança do clima não   óbvia nem intuitiva. Os dois conceitos passam por transforma es relevantes na esfera pública, em sentidos opostos,   medida que caminhamos em dire o a um mundo de “policrises”¹, onde se entrelaçam crises políticas, econ micas, sociais e climáticas.

Por um lado, vivemos a perda de hegemonia da democracia liberal

1. Adam Tooze, Welcome to the world of polycrisis, 28 outubro 2022, <https://www.ft.com/content/498398e7-11b1-494b-9cd3-6d669dc3de33>.

como o padrão-ouro para regimes políticos mundo afora, evidenciada pela perda de qualidade dos regimes democráticos e o escorregamento de vários deles para formas contemporâneas de autocracia². Desde meados da década passada também se espraiou o debate sobre as “crises da democracia” em países cujas democracias eram consideradas consolidadas³ – e o debate ganhou traço depois da elei o de Donald Trump   Presidência dos Estados Unidos. A soma dos dois movimentos nos levam a um achado surpreendente: mais de 70% da popula o do mundo vive hoje em regimes não livres ou parcialmente livres e o nível de democracia médio experimentado por um cidadão hoje é semelhante ao de 1989.

Por outro lado, vivemos a intensifica o da agenda do clima nos fóruns domésticos e internacionais, ultrapassando as fronteiras científicas, tornando-se cada vez mais relevante nas agendas geopolítica e de desenvolvimento e ascendendo   prática política institucional. O aumento da popularidade do tema não garante, porém, que sejam automaticamente tomadas as decisões necessárias ao enfrentamento do problema, o que ocorre por diversas razões.

Se a ascensão da mudança do clima na agenda política acontece concomitantemente ao declínio das democracias ao redor do globo sugere-se, como primeiro passo, evitar a falsa associa o entre seus respectivos movimentos, de modo a evitar também a conclusão equivocada de que exista uma correla o entre eles. De acordo com este argumento, a mudança do clima teria ganhado relevância na agenda política em virtude do declínio dos regimes democráticos ou vice-versa. Mas a literatura sobre o assunto não   unânime sobre a existência de uma rela o entre ambos os fen menos, apontando em mais de uma

2. Cf., por exemplo, V-DEM, Democracy Report 2024, Democracy Winning and Losing at the Ballot. Disponível em: <https://v-dem.net/publications/democracy-reports/>; Freedom House, Freedom in the world 2024. Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2024-02/FIW_2024_DigitalBooklet.pdf.

3. Cf. Levitsky, S.; Ziblatt, D. Como as democracias morrem? Zahar, 2018. Runciman, D. Como a democracia chega ao fim? Todavia, 2018.

direção, não permitindo afirmações conclusivas sobre, por exemplo, a hipótese de que democracias seriam mais eficientes do que regimes autocráticos na mitigação às mudanças climáticas.

Além disso, os movimentos – de ascensão ou declínio democrático – não são lineares e há contratendências relevantes para cada uma das tendências apontadas. Evidências disso são as inovações democráticas⁴ testadas em nível local – assembleias do clima são um exemplo relevante –, novos movimentos sociais organizados em torno da pauta climática, além de propostas institucionais de reforma ou “reconstrução” da democracia em países que passaram recentemente pelo risco de autocratização – como foi o caso do Brasil. Ao mesmo tempo, a despeito da constatação empírica e científica do aquecimento do planeta, observamos o desenvolvimento de movimentos negacionistas climáticos e a instrumentalização da agenda ambiental para a inflamação de guerras culturais – como é o caso com a agenda “ESG” em alguns estados governados pelo Partido Republicano nos EUA, como o Texas e a Flórida.

A associação entre os dois movimentos pode confundir os vetores da análise, que são ao menos dois. De um lado, podemos analisar como a questão climática influencia os regimes democráticos. Aqui, deveríamos tomar como ponto de partida os desastres ambientais, os riscos à segurança alimentar, energética e hídrica, bem como os deslocamentos forçados de pessoas motivados por eventos climáticos extremos – sistematizados em seu potencial de produzir instabilidade, desigualdade e insegurança –, e analisar como diferentes democracias têm respondido a eles. De outro lado, interessados no vetor oposto, podemos analisar as influências da democracia sobre a questão climática, cabendo questionamentos sobre, por exemplo, a influência dos sistemas eleitorais e da liberdade de imprensa na efetividade da resposta de países aos compromissos assumidos de redução das emissões de gases do efeito estufa. Nesse caso, “influência” é um termo genérico, que

4. Cf. Stephen Elstub e Oliver Escobar, “Handbook of Democratic Innovation and Governance”, 2019.

embute algumas variáveis que causam impacto e guardam correlação com os termos em discussão, e o interesse seria compreender melhor como tem sido a “governança” do clima nas principais democracias.

Assumimos, no entanto, que fazemos uma simplificação aqui por motivos analíticos, uma vez que, por qualquer lado que se analise a equação, uma questão conceitual mais profunda se faz presente: do que falamos quando falamos de democracia? Por um viés institucional, é preciso considerar o modo como as decisões são tomadas, seu conteúdo, seus processos e ritos e, a partir disso, olhar para as influências que elas podem ter ou têm para a agenda do clima e a resposta à crise climática. Por um viés social, por outro lado, é preciso olhar para como os movimentos sociais e os cidadãos na base das sociedades vêm se articulando para lidar com o problema. Ou, ainda antes disso: o que pensam eles sobre a crise climática?

Portanto, no presente artigo, nos propomos a discutir a influência da política democrática na crise climática, a partir dos apontamentos da literatura internacional sobre o assunto e dos esforços das autoras de levantar hipóteses sobre os desafios institucionais encontrados no Brasil, a partir de observações empíricas. Por uma questão de escolha, e admitindo os limites desta análise, trataremos da questão climática pelo viés da crise e dos desafios que ela enseja, não abordando as oportunidades e os ganhos que podem dela advir, os quais certamente existem. Adicionalmente, não há pretensão de esgotar o assunto, bem como de fazer um mapeamento completo sobre os pontos de entrave do sistema. Ao contrário, a intenção é justamente dar uma contribuição para que a discussão possa se desenvolver.

Assim, estamos interessadas nas seguintes questões: Como a democracia pode governar o clima? Quais os pontos de veto para a consecução dessa agenda dupla, democrática e climática? Qual a relação que se estabelece entre clima e democracia no Brasil, e quais são alguns dos maiores desafios colocados hoje para que o país adote uma

agenda prioritária de desenvolvimento verde para as próximas décadas? Entender as possíveis relações entre ambos os termos, suas sinergias e descompassos pode nos ajudar a atravessar algumas das crises que vivemos e que continuam latentes.

O presente artigo está dividido em duas partes. Após esta introdução, a Parte I apresenta um mapeamento não exaustivo de alguns desafios apontados pela literatura internacional que permeiam a atual relação entre democracia e clima. Na Parte II, as autoras exploram alguns deles e outros pontos de veto sob a ótica da política brasileira, assumindo que alguns dos desafios são mais particulares à realidade local (como a relação com o setor do agronegócio, fortemente estruturado no Brasil), enquanto outros são compartilhados por um número maior de países (como a baixa qualificação técnica de parlamentares em assuntos de clima).

Para a análise da realidade local, voltamo-nos mais ao Poder Legislativo que aos demais poderes da República, com apontamentos que se baseiam também na observação empírica das autoras. Por fim, em sua conclusão, o artigo comenta possíveis relações entre crises enfrentadas no cenário internacional e na realidade local, e propõe alguns caminhos possíveis para a democracia, que certamente precisarão ser mais e melhor explorados em artigos futuros.

Parte I: O que impede democracias de responderem adequadamente a questões climáticas: uma visão da literatura especializada

Os vetos da democracia ao clima

Há quem defenda que as democracias não têm sido capazes de manejar o desafio climático, razão que justificaria a adoção de alguma espécie de “ambientalismo autoritário” ou “ecoautoritarismo”, como

vem sendo testado de forma ambivalente na China⁵. Os defensores de tal posição, no entanto, não colocam o problema na conta das democracias como um todo, apontando dimensões específicas e problemáticas do que se considera como democracia na gestão do clima.

Este ponto é crucial: se o problema fosse das democracias em sua inteireza, a saída seria a adoção de um modelo autoritário – o que não consideramos ser o caso. Explorar os argumentos críticos às democracias e as limitações delas é, assim, uma tentativa de mostrar as potencialidades democráticas a serem colocadas em prática nos anos 2020.

Há quem defenda que as democracias não têm sido capazes de manejar o desafio climático, razão que justificaria a adoção de alguma espécie de “ambientalismo autoritário” ou “ecoautoritarismo”, como vem sendo testado de forma ambivalente na China.

Tentativamente, apresentamos cinco argumentos empregados por aqueles que apontam as falhas das democracias na gestão do clima. São eles:

- a) a desigualdade geracional
- b) a falta de informação
- c) o imediatismo
- d) a lentidão
- e) o territorialismo

Como se verá abaixo, todos abraçam uma concepção ainda muito restrita de democracia, que aparece caracterizada essencialmente como um regime político em que há eleições – elemento que ocupa posição central na análise – cujo resultado seria o responsável pelo

5. Cf. Yifei Li e Judith Shapiro, “China goes green”, 2020

(mau) desempenho do Estado na crise do clima. As razões perpassam questões como a falta de priorização da agenda do clima pelos tomadores de decisão eleitos; o fato de que uma parte significativa dos votantes são eleitores mais velhos, com poder de voto que alija a juventude, a maior impactada, do processo decisório; o excesso de foco em questões de curto prazo, muitas vezes em razão dos dividendos eleitorais que elas trazem; e a falta de percepção sobre como decisões e locais têm consequências em âmbito global.

Por outro lado, um argumento não muito empregado por esses críticos, mas que compõe a base dessa discussão, relaciona-se à geopolítica fóssil que as próprias democracias ocidentais engendraram. É possível, assim, considerá-lo uma premissa e, portanto, ele será discutido antes dos outros abaixo, mesmo que parta de um conceito de democracia muito mais amplo do que o que os outros críticos tendem a considerar.

A. Geopolítica fóssil

Em *Carbon Democracy*⁶, Mitchell afirma que o desenvolvimento das democracias ocidentais se calcou fundamentalmente na queima de carvão ou de petróleo. Se hoje temos democracias liberais ocidentais – as mesmas que sofrem as crises acima mencionadas –, isso se deveu em parte significativa ao modo de produção de energia fóssil que elas estabeleceram nos últimos séculos.

Segundo o autor, o carvão tornou possível a emergência da democracia de massas, e o petróleo colocou seus limites⁷. Isso porque a produção de energia pela queima de carvão, que foi a base para a Revolução Industrial, gerou um tipo de socialização de trabalhadores capaz de impulsionar demandas democráticas.

6. Timothy Mitchell, “Carbon Democracy: Political Power in the Age of Oil”, Verso Books, 2011.

7. Timothy Mitchell, “Carbon Democracy”, 2011, pp 1-43.

A exploração das minas de carvão, o transporte da matéria-prima em ferrovias e sua transformação em energia possibilitaram a reunião de uma quantidade enorme de trabalhadores no ambiente de trabalho e seu entorno. Ainda no final do século 19, greves e boicotes começaram a ser realizados em prol de demandas trabalhistas. Os trabalhadores, assim, passam a perceber seu impacto no fluxo da produção industrial e de serviços. Se o fluxo de produção, transporte e distribuição de carvão fosse interrompido, os governos, indústrias e consumidores ficariam sem energia.

Com a transição para o petróleo, o cenário se alterou. Ao contrário do carvão, ele não exigia uma grande quantidade de trabalhadores para sua extração, tampouco para o transporte e a distribuição. A organização de greves também acontecia, mas com muito menos impacto, mesmo porque os trabalhadores envolvidos na extração, transporte e distribuição de petróleo não tinham muito contato entre si. Nesse novo cenário, quem passou a ter capacidade para interromper a produção e transporte não era mais o trabalhador, já que a infraestrutura de exploração petrolífera era controlada de forma mais verticalizada.

Além da estrutura de produção que dava menos oportunidade ao surgimento de demandas democráticas por parte dos trabalhadores, outros fatores da indústria do petróleo contribuíram para a consolidação de uma geopolítica antidemocrática – e fóssil. A história da transição do carvão para o petróleo se relaciona com o imperialismo europeu ainda vigente no começo do século 20. O petróleo se transformou em ativo de grande valor e gerou guerras neocoloniais, mobilizando todo um aparato ideológico de justificação. Além disso, foi pivô da expansão desenfreada da atividade econômica, do consumo de massas e do aumento da escala de uso energético, em comparação ao período dominado pelo carvão. Isso acarretou o enraizamento de formas de vida altamente consumistas e predatórias, criando um horizonte irreal de possibilidades ilimitadas de crescimento e consumo.

Na virada do século 20 para o 21, o petróleo motivou uma sequência de guerras como a Guerra do Golfo (1990-1991) e a Guerra do Iraque (2003-2011), muito embora ambas tenham sido justificadas oficialmente por pretensões democráticas. Também é a sua importância como fonte de energia que continua sendo motor de guerras em curso, impactando mercados ao redor do mundo, como se vê no caso da guerra da Rússia com a Ucrânia. Não bastasse isso, seis dos dez maiores produtores de petróleo são países não democráticos, como Arábia Saudita, Rússia, Iraque, China, Emirados Árabes Unidos e Irã. Então, não é mera casualidade sua associação doméstica ou internacional à falta de democracia.

Tanto o carvão como o petróleo, em suma, foram partes relevantes da emergência de um modelo democrático ocidental. Por um lado, eles possibilitaram em larga medida o desenvolvimento econômico, impulsionando novas formas de socialização e consumo. Por outro, levaram à vocalização de demandas democráticas (no caso do carvão) e evidenciaram as contradições embutidas nesses modelos democráticos exploratórios (no caso do petróleo). Se as democracias ocidentais dependem fortemente de petróleo, é preciso também problematizar que essa commodity é fundamentada em modelos de produção não democráticos e historicamente relacionados a guerras e outras formas de pressão geopolítica autoritárias. Nesse sentido, não parece exagero dizer que as democracias liberais foram construídas às custas do impacto da queima de gás e petróleo no meio ambiente e no clima, um fenômeno que vem ganhando crescente visibilidade nos últimos 30 anos, pelo menos desde a assinatura do Protocolo de Kyoto (1997).

B. A desigualdade geracional

Um dos argumentos empregados pelos críticos da atuação das democracias na gestão do clima é o de que existe um descompasso entre quem detém o poder de votar e quem é afetado pelas decisões dos

representantes eleitos por esses votos. Em outras palavras, há um problema com a dimensão eleitoral das democracias, na medida em que ela dá votos aos mais velhos ao mesmo tempo em que deixa os mais jovens – que seriam mais afetados por decisões climáticas — à margem das decisões.

Como sumariza o cientista político David Runciman,

“(…) [Há um] profundo abismo entre as gerações mais jovens e mais velhas quando se trata de política climática: o confronto entre aqueles que têm o poder de agir e aqueles que devem viver com as consequências se os primeiros não agirem”⁸

Os mais velhos, além de não se importarem tanto com questões ambientais se comparados aos mais jovens, seriam também menos sensíveis à crise do clima, sendo justamente os responsáveis pela eleição daqueles que estarão envolvidos nas decisões sobre as políticas climáticas. Para provar esse ponto, o autor se ampara em uma pesquisa do Reino Unido que aponta que o percentual de cidadãos que afirmam que o aquecimento global é o maior desafio de seu tempo mais do que dobra entre as faixas etárias acima de 65 anos e entre 18 e 24 anos.

Uma premissa desse argumento é que as consequências dos votos ambientalmente irresponsáveis são muito distantes no tempo em relação ao momento em que esses votos são realizados, de modo que os eleitores mais idosos não veriam os impactos de suas decisões e não teriam muitos incentivos para mudar sua sensibilidade em relação à crise climática.

Esta, no entanto, pode ser considerada uma premissa datada. Se na década de 2010 ainda era possível (com dificuldade) olhar para o aquecimento global como um problema do futuro, a década de 2020 proscre-

8. David Runciman, *Democracy is the planet's biggest enemy*, *Foreign Policy*, 20/07/2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/07/20/democracy-is-the-planets-biggest-enemy-climate-change/>

veu essa possibilidade. Não se pode mais ignorar seus efeitos imediatos. Por mais que a crise climática se exerça de forma contínua e gradual no tempo, seus efeitos imediatos já se fazem notar diariamente.⁹

Daí também porque, nesse novo contexto, as medidas de “adaptação” às mudanças climáticas vêm ganhando espaço. Se alguns anos atrás elas eram vistas como a admissão do nosso fracasso em lidar com os desafios do clima, hoje elas ganharam mais relevância nos debates internacionais e nas políticas públicas. Ao contrário das medidas de “mitigação” – relacionadas ao corte de emissão de gases de efeito estufa –, as medidas de “adaptação” dizem respeito às ações voltadas a abrandar as consequências das mudanças no clima, como alterações na construção civil para lidar com enchentes, aumento do nível do mar etc¹⁰.

Outro problema do argumento acima é que não é um fato incontestável a falta de mobilização das faixas etárias superiores diante das questões climáticas. O primeiro caso de litigância climática a chegar na Corte Europeia de Direitos Humanos (“Senhoras do Clima vs. Suíça”)¹¹ foi ajuizado em 2020 por cidadãs suíças de gerações mais velhas. Segundo elas, a Suíça falhou em prevenir impactos ambientais negativos da mudança climática, colocando em risco o direito à vida e o respeito à privacidade e à família, onerando excessivamente as suas gerações¹². Voltaremos a explorar esse argumento sob a perspectiva da democracia brasileira na Parte II deste artigo.

9. Cf. David Wallace-Wells, “A Terra Inabitável”, 2019.

10. <https://www.nytimes.com/interactive/2023/climate/shared/v2/interactive/2023/climate/climate-change-faq/shared/v2/interactive/2023/climate/climate-change-faq/what-is-adaptation.html>

11. As litigantes são a associação suíça KilmaSeniorinnen e suas associadas, cerca de duas mil mulheres, que alegam que o aquecimento global tem um impacto particularmente grande às velhas gerações. Cf. https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/wp-content/uploads/2023/06/Global_trends_in_climate_change_litigation_2023_snapshot.pdf

12. <https://climatecasechart.com/non-us-case/union-of-swiss-senior-women-for-climate-protection-v-swiss-federal-council-and-others/>

C. A falta de informação

Outro argumento invocado para se falar dos desafios da gestão democrática da crise do clima é a alegada falta de informação suficiente para gerir esse fenômeno em rápida evolução. O problema da democracia seria conferir poder de decisão a quem não é tecnicamente qualificado para lidar com um problema de alta complexidade como a mudança do clima. Representantes eleitos não reuniriam os requisitos técnicos necessários para lidar com as questões climáticas, o que explicaria a má gestão desse assunto.

Se no caso anterior o problema apontado era a falta de sensibilidade de uma parcela do eleitorado, sobretudo as faixas etárias superiores, aqui a ótica é complementar. O problema não seriam somente os eleitores mais velhos, mas a escolha dos representantes por todo o eleitorado. Quem elege os representantes não conseguiria entender a gravidade dos problemas relacionados à crise climática e faria más escolhas eleitorais. Por consequência, os parlamentos eleitos seriam desqualificados tecnicamente para lidar com os cada vez mais prementes desafios climáticos.

Uma premissa de fundo é que a seleção democrática de representantes pelo voto não elege pessoas com perfil técnico, caracterizadas por alta competência e capacidade de tomar decisões em prol do clima. Antes, a seleção democrática priorizaria uma série de outros traços de personalidade e posicionamentos políticos – como carisma, retórica forte, capacidade de conciliação etc. – que, eles próprios, podem ser deletérios ao manejo adequado do aquecimento global.

Em que pese a qualificação técnica ser fator importante para a boa tomada de decisão no que diz respeito ao clima, como exploraremos na Parte II deste artigo, uma versão mais extrema desse argumento, calcada em uma concepção elitista de democracia, pode levar à conclusão de que se deveria conferir a governança climática a um círculo

de experts. Eles, por sua vez, seriam legitimados não por suas credenciais democráticas, mas por sua competência técnica. Alguma forma de tecnocracia, em resumo, seria a saída.

D. O imediatismo

Outro argumento apontado sobre a má gestão democrática da crise do clima se relaciona à constatação de que a democracia, fundada em eleições, não dá espaço à realização de políticas no longo prazo. Mais do que isso: ela se pauta em ciclos eleitorais muito curtos e isso tem impacto nas decisões sobre o clima tomadas pelos políticos. Eles, que supostamente visam acima de tudo à reeleição, teriam poucos incentivos para tomar medidas impopulares, cujos impactos positivos só poderão ser sentidos em alguns anos ou mesmo décadas.

Políticos eleitoreiros não teriam, assim, incentivos para implementar políticas que só apresentariam resultados no futuro porque correriam o risco de concluir o mandato antes que suas políticas tivessem tido o tempo de apresentar resultados visíveis¹³. Como seus mandatos duram poucos anos, prioritário para eles seria alcançar bons resultados econômicos e sociais no curto prazo, o que dificulta a construção de uma política climática abrangente e cuidadosa.

A partir dessa perspectiva, os cidadãos são vistos como eleitores impacientes, que recompensariam negativamente políticos que prejudicam seus bolsos ao criar taxas de emissão de carbono ou adotar outras medidas mais robustas em prol da descarbonização. Em contrapartida, eles recompensariam positivamente políticos que adotam medidas visíveis imediatamente, como a redução da inflação e aumentos reais de salário.

Subjacentes a esse argumento estão os conceitos-chave de curto e longo prazo. Eles, porém, já estão sendo alvo de transformação re-

13. Nico Stehr, "Exceptional Circumstances: Does Climate Change Trump Democracy", 2016.

cente, bem como o das medidas de “adapta o” apontadas acima. Primeiro,   anacr nico reivindicar que as mudanças do clima acontecem a “longo prazo”, já que há alguns anos convivemos com catástrofes climáticas cada vez mais frequentes. Por consequência, é incorreto apontar que, para lidar com elas, será necessário adotar políticas de longo alcance apenas. Se as catástrofes já estão acontecendo, políticas não são de mitiga o, mas também de adapta o se fazem mais e mais necessárias. Terceiro, o tempo que demora para que os efeitos dessas políticas sejam notados, portanto,   cada vez mais reduzido também.

A premissa de base do argumento do imediatismo   que, impacientes, os cidadãos e os representantes eleitos não teriam maturidade política para esperar políticas de longo prazo serem tomadas e apresentarem seus efeitos. Por outro lado, não há mais tempo hoje para esperar de braços cruzados. Além disso, também   possível questionar se de fato não há espaço para o longo prazo nas democracias, mas isso já seria outra discussão.

E. A lentidão

Não são a democracia eleitoral se pautaria pelo curto prazo, mas, por outro lado, também pela lentidão. A ideia de que a democracia demora para tomar decisões, já que as delibera es institucionais tomam muito tempo,   pervasiva e é geralmente apontada como outro obstáculo às necessárias decisões sobre o clima. Democracia implicaria sempre avanço e retrocesso, discussão e negocia o. Não há espaço para últimas palavras e fim da discussão. Tudo pode ser discutido continuamente e subsequentemente alterado conforme as coalizões de governo.

Mas se a crise do clima hoje exige respostas rápidas, como então a democracia pode dar conta do desafio? Nas palavras de Cameron Abadi,

Em outras palavras: a democracia funciona por concessões, mas a mudança climática é precisamente o tipo de problema que parece não permitir isso. Enquanto o relógio daquelas linhas do tempo climáticas [ditadas no Acordo de Paris] continua correndo, esse descompasso estrutural está se tornando cada vez mais exposto.¹⁴

Há quem defenda que a demora para se tomar decisões nas democracias seria compensada seja pela qualidade das decisões alcançadas seja pela legitimidade de que elas gozam frente aos cidadãos. Este último ponto, inclusive, é apontado como fator impeditivo para o sucesso de políticas autoritárias climáticas chinesas para Li e Shapiro (2020).

F. O territorialismo

Um quinto argumento invocado pelos críticos da gestão democrática do clima diz respeito ao seu exercício territorial doméstico. Se as democracias são exercidas dentro de circunscrições territoriais específicas, por outro lado as decisões ali tomadas têm impactos globais – que, inclusive, são sentidos de maneira desigual ao redor do planeta. Países periféricos com baixa emissão de carbono são afetados desproporcionalmente pelas emissões dos principais responsáveis pelo aquecimento global, daí por que se fala hoje de fundos de reparação climática.

Esse argumento, por outro lado, ignora a crescente influência de fóruns multilaterais para a agenda do clima, bem como a relativização da divisão estanque entre pautas domésticas e internacionais. Assim como os argumentos acima, que se baseavam em cenários pretéritos do exercício das democracias, ele se revela datado. Este ponto será desenvolvido mais abaixo, também pondo em perspectiva o esgotamento de fóruns multilaterais tradicionais.

14. Cameron Abadi, *Foreign Policy*, 07/01/2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/01/07/climate-change-democracy/>

Parte II: Clima e eleitorado - Hipóteses sobre os desafios em âmbito doméstico

O Brasil concentra, hoje, particularidades que o tornam único no mundo. Com dimensões continentais, enorme biodiversidade, abundantes recursos hídricos, minerais e a maior floresta tropical do planeta, o Brasil possui recursos naturais indispensáveis para a transição para uma economia verde no mundo. Ao mesmo tempo, foi pioneiro no avanço tecnológico para a produção de biocombustíveis, possui matriz energética predominantemente limpa e tem potencial para se consolidar como exportador de soluções para a transição energética e o desenvolvimento de baixo carbono. Mas há outro componente que, aliado a todos os anteriores, faz da condição do Brasil única: ele é uma democracia que historicamente transita e dialoga com boa reputação em órgãos multilaterais.

Para que todo este potencial seja atingido, entretanto, é condição essencial que as esferas políticas da democracia brasileira reconheçam, pactuem e operem alinhadas aos limites e oportunidades apresentadas pela crise climática. Atualmente, alguns desafios e pontos de veto se impõem à realização deste potencial, como seria natural a um país com mais de 200 milhões de habitantes, com alta diversidade e desigualdade regional, que se refletem em um Congresso politicamente complexo. Para além destes fatores, o Brasil não passa imune – em maior e menor grau – a reflexos da crise da democracia e dos desafios elencados na Parte I deste artigo para conciliar clima e representatividade.

A seguir, exploramos a relação do eleitorado e dos parlamentares brasileiros com a pauta do clima. Ela traz aspectos levantados pelos argumentos acima, como a falta de sensibilidade de eleitores e de parlamentares, tendo em vista o recorte do cenário brasileiro. Por outro lado, mostra também a discrepância entre as autopercepções e percepções dos pares sobre o tema. Nesta seção, optou-se por concentrar os esforços de análise no Poder Legislativo.

A. Clima e eleitorado

Assuntos relativos a mudanças climáticas e desenvolvimento ambientalmente responsável têm ocupado espaço crescente no debate público, passando de tema marginal a assunto central da arena eleitoral - especialmente no âmbito do Poder Executivo Federal - no último ciclo eleitoral. Apesar disso, não parece existir no Brasil, até o momento, uma percepção consensuada entre candidatos, mandatários e eleitorado sobre qual prioridade conferir ao tema na agenda de políticas públicas. Pesquisas realizadas tanto com eleitores como com mandatários parecem indicar visões discrepantes, sugerindo um terreno ainda em disputa.

Lançada em 2021, a pesquisa de opinião e comportamento parlamentar “A Agenda do Clima no Congresso Nacional”¹⁵ traz insights interessantes sobre a autopercepção e a percepção dos congressistas sobre seus pares e seu eleitorado nessa temática. Dos 131 congressistas entrevistados, entre deputados e senadores de todo o espectro político-ideológico (incluindo a base governista e a oposição, sendo, portanto, uma amostra significativa dos 594 parlamentares do Congresso brasileiro), 94% se diz interessado pelo tema do meio ambiente, sendo 49% muito interessado. Quando perguntados sobre o grau de interesse de seus colegas no tema, entretanto, os entrevistados afirmam acreditar que 75% de seus colegas estejam interessados, e apenas 7% muito interessados. Quando se trata de seus eleitores, 60% dos parlamentares afirmam acreditar que estejam interessados, mas apenas 15% consideram que esse interesse seja grande, sendo os parlamentares da região Norte, justamente onde fica a Floresta Amazônica os mais céticos quanto ao interesse de seu eleitor – 45% frente a 61 a 70% nas demais regiões.

A percepção parlamentar captada por essa pesquisa indica contrastes entre o que os parlamentares entrevistados afirmam ser de seu grande

15. RAPS. A agenda do clima no Congresso Nacional: Uma pesquisa sobre opinião e comportamento dos parlamentares brasileiros. 2021. Disponível em: <https://www.raps.org.br/biblioteca/page/4/>

interesse e aquilo que julgam ser de interesse de seus pares e eleitores. Por parte dos eleitores, as dissonâncias também aparecem. Segundo a pesquisa “Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros”¹⁶, de outubro de 2020, 78% da população considera a questão do aquecimento global muito importante, e apenas 3% considera pouco importante. Ao mesmo tempo, 72% acredita que as mudanças climáticas podem prejudicar suas famílias. Esses dados são corroborados por pesquisa de janeiro de 2024 realizada pelo Instituto PoderData¹⁷, na qual 68% da população se diz “muito preocupada” com as mudanças climáticas e o aquecimento global, enquanto apenas 7% se diz “pouco preocupada”.

Dado interessante aparece quando se analisa o grau de preocupação do eleitor brasileiro com as mudanças climáticas segmentado por idade, o que pode indicar certa consonância com o argumento da disparidade geracional, apresentado na Parte I deste artigo. Segundo pesquisa divulgada em 2022¹⁸, quando perguntados sobre o que consideram ser mais importante, proteger o meio ambiente ou promover o crescimento econômico, 79% do eleitorado entre 18 e 24 anos opta pelo primeiro, percentual que cai 10 pontos em relação ao eleitorado com mais de 55 anos.

Quando se analisa com a lente inversa, ou seja, a percepção dos eleitores sobre o papel dos governantes eleitos na agenda do clima, há indícios de que as dissonâncias persistem. É o que indica pesquisa também realizada pelo PoderData¹⁹, em agosto de 2022, na qual 87% dos entrevistados afirmam que o Congresso Nacional não está trabalhando

16. ITS. Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros. 2020. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/publicacoes/mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros-2020/>

17. PILLE, Letícia; CARVALHO, Luísa. PoderData: Taxa de “muito preocupados” com o clima avança para 68%. Poder 360, 4 fev. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/poderdata-taxa-de-muito-preocupados-com-o-clima-avanca-para-68/>

18. ITS. Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros. 2022. Disponível em: https://itsrio.org/wp-content/uploads/2022/03/IPEC_Percepcao-sobre-queimadas-Relatorio_final.pdf

19. Redação O Estado de São Paulo. Proteção da Amazônia vai pautar eleição presidencial em 2022, mostra pesquisa. O Estado de São Paulo, 03 set. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/protacao-da-amazonia-vai-pautar-eleicao-presidencial-em-2022-mostra-pesquisa/>

bem para proteger a Amazônia. Na mesma pesquisa, 80% dos brasileiros avaliaram que a proteção da Amazônia deveria ser uma prioridade para os candidatos à Presidência da República nas eleições de 2022.

Aqui, algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar a dissonância entre parlamentares, bem como entre parlamentares e eleitores. Em relação ao primeiro ponto, quando questionados sobre seu interesse em relação ao assunto, os políticos podem superestimar seu grau, motivados por preocupações reputacionais, uma vez que são figuras públicas – um efeito que pesquisas anonimizadas tendem a arrefecer, mas não são capazes de eliminar. Em relação à discrepância entre eleitores e eleitos, uma hipótese a ser considerada é a crise de confiança que acomete a relação entre representantes e representados em todo o mundo.

No Brasil, o Índice de Confiança Social demonstra que o cidadão brasileiro tem o Congresso Nacional entre as instituições menos confiáveis em sua percepção. Em 21 anos de série histórica, 22% dos cidadãos consideram “bom ou ótimo” o trabalho realizado pelo Parlamento.²⁰

B. Qualificação técnica

Outro ponto de entrave à consolidação da agenda do clima como plano de desenvolvimento no Brasil é o baixo grau de qualificação técnica de mandatários na temática. Em um campo complexo e multifatorial como é o das mudanças climáticas, mandatários parecem encontrar dificuldade para identificar prioridades, o que denota pouco conhecimento sobre o lugar ocupado pelo Brasil na agenda climática internacional, nossos principais desafios e potencialidades internas, e prejudica a implementação de políticas públicas efetivas.

Um indício destas preocupações pode ser encontrado na pesqui-

20. IPEC. Índice de confiança social. 2023. Disponível em: https://www.ipec-inteligencia.com.br/Repository/Files/2223/230196_IC_S_INDICE_CONFIANCA_SOCIAL_2023.pdf

sa “A Agenda do Clima no Congresso Nacional”²¹, de 2021. Nela, os parlamentares foram instados a apontar, dentre 3 alternativas, qual seria a melhor proposta para combater as mudanças climáticas no Brasil. 51% dos entrevistados elegeram “investir em energia renovável”, 29%, “fiscalizar mais os desmatamentos”, e 14% “reduzir a emissão de poluentes”. Um dos entrevistados acrescentou “criar uma política de crédito de carbono”.

Chama a atenção que o investimento em energia renovável tenha sido apontado como política prioritária pela maioria dos entrevistados, sendo o Brasil país que se destaca por sua matriz energética 47,4% proveniente de fontes de energia renováveis, em oposição a aproximadamente 15% no resto do mundo²². Ao mesmo tempo, é notável que apenas 30% da amostra de congressistas tenha elencado a redução dos desmatamentos como política prioritária, uma vez que desmatamento, mudança do uso da terra e florestas sejam a maior fonte de emissão nacional de gases de efeito estufa (GEE), responsáveis por 48% das emissões totais.²³

No que diz respeito ao eleitorado, o grau de conhecimento técnico sobre a agenda climática é alegadamente baixo. De acordo com a pesquisa “Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros”²⁴, de outubro de 2020, apenas 25% da população afirma ter alto conhecimento sobre o tema, enquanto 43% alega conhecer “mais ou menos”, e 32% diz conhecer “pouco ou nada”. O grau de conhecimento aumenta quanto maior a escolaridade e o acesso à internet. É notável que, ainda que uma minoria da população afirme que tem alto conhecimento sobre o tema (25%), 78% considera o assunto muito importante e 61% está muito preocu-

21. RAPS. A agenda do clima no Congresso Nacional: Uma pesquisa sobre opinião e comportamento dos parlamentares brasileiros. 2021. Disponível em: <https://www.raps.org.br/biblioteca/page/4/>

22. <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>

23. SEEG. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2022. 2023. Disponível em: <https://seeg.eco.br/>

24. ITS. Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros. 2020. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/publicacoes/mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros-2020/>

pado, o que indica que o tema é percebido como urgente, ainda que a população tenha baixo conhecimento técnico sobre ele.

C. Clima e grupos de interesse: o caso do agronegócio

O agronegócio se consolidou, na última década e meia, como importante player na esfera pública, especialmente no Congresso Nacional²⁵. Bastante diversa, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tem entre seus membros impressionantes 63% do Congresso Nacional, apoiados estrutural e tecnicamente por institutos de assessoria como o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), e diversas associações de classe, como a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA), a maior congregação de associações e lideranças políticas rurais de todo o país.

Esse elevado grau de organização entre interesses e representantes do primeiro e segundo setores e agentes públicos fez com que a chamada “bancada ruralista” ganhasse assento definitivo na mesa de negociações das principais agendas do país. Ainda mais quando se considera que a agropecuária é responsável pela emissão de 27% do total de gases de efeito estufa do Brasil²⁶, superada apenas pelo desmatamento e pelas alterações no uso do solo (pressionadas, em grande medida, pela expansão da fronteira agrícola²⁷).

Longe de ser um bloco uníssono, a FPA possui representantes de todas as cadeias produtivas e regiões do país e é caracterizada pela multilateralidade e intersetorialidade. A força política e econômica da frente parlamentar, aliada a seu alto grau de complexidade interna,

25. Dados fornecidos pelo site oficial da FPA, atualizados em 25/07/2023. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>

26. SEEG. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2022. 2023. Disponível em: <https://seeg.eco.br/>

27. INSTITUTO ARAPYAU. 100 primeiros dias de governo: propostas para uma agenda integrada das amazônias. Organizado por Uma Concertação pela Amazônia. 2022. Disponível em: <https://arapyau.org.br/conteudo/publicacoes/>

pode colocá-la como ator de veto na implementação de medidas não consensuais no campo ambiental, como argumenta Pompeia²⁸:

Outra dimensão de atritos envolve as relações entre os agentes privados e determinados atores do Estado. Inicia-se pela análise relativa ao Poder Legislativo. As divergências entre as nucleações do campo do agronegócio traduzem-se, em determinadas ocasiões, em divisões no âmbito da FPA, o que enfraquece a tradução da agenda dos atores privados em agenda parlamentar. O trabalho de campo permitiu constatar, ademais, a existência de deputados e senadores que atuam concertados com o IPA e, paralelamente, a ação de parlamentares que operam de maneira mais independente do Instituto. Aliás, a dificuldade de coordenação entre atores políticos desses dois grupos da bancada é um dos fatores de maior relevo a intensificar discordâncias sobre a questão ambiental no campo do agronegócio.

Um exemplo recente dessa dificuldade de concertação foi a extensa participação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) nas negociações na Câmara dos Deputados para a aprovação, no segundo semestre de 2023, do Projeto de Lei que institui a criação de um sistema brasileiro de comércio de emissões no Brasil, popularmente conhecido como mercado regulado de carbono, previsto desde 2009 na Política Nacional de Mudança do Clima e que nunca saiu do papel. Apesar de já atuar no chamado mercado voluntário, a eventual inclusão do agronegócio também no mercado regulado (uma novidade em relação aos padrões internacionais) significou etapas adicionais na negociação e contribuiu para adiar a votação, que foi concluída em dezembro de 2024 sem a entrada do setor naquela fase da tramitação²⁹. Apesar de reconhecer o potencial da medida e a despeito de terem sido

28. POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de ciências sociais*. Vol. 35, nº 104, 2020.

29. WALENDORFF, Rafael. Bancada ruralista não chega a consenso sobre incluir agro no projeto do mercado de carbono. *Jornal o Globo*, Brasília, 28 nov. 2023. Disponível em: <https://globo.rural.globo.com/sustentabilidade/noticia/2023/11/bancada-ruralista-no-chega-a-consenso-sobre-incluir-agro-no-projeto-do-mercado-de-carbono.ghtml>

feitas mudanças no texto para endereçar pedidos específicos do bloco, a falta de consenso interno entre setores do agronegócio impediu a sua adesão naquele momento³⁰.

A percepção do agronegócio como ator majoritariamente contrário ou favorável à pauta climática também varia significativamente dentro do próprio Congresso. A pesquisa “A Agenda do Clima no Congresso Nacional”³¹ perguntou a uma amostra diversa de parlamentares seu grau de concordância com a afirmação “O agronegócio brasileiro não está mobilizado para combater as mudanças climáticas”. No geral, 36% dos congressistas concordam com a afirmação, e 42% discordam. O grau de concordância varia muito, entretanto, se considerado o espectro político ideológico do parlamentar: 67% dos parlamentares de esquerda afirmam concordar, enquanto apenas 23% da direita concordam, indicando uma importante divisão ideológica na percepção do papel do agronegócio na pauta.

Dentro do conjunto de setores e órgãos de classe que representam o agronegócio, há entidades que tendem a um maior alinhamento com pautas do clima (como é o caso da Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura³²), mas a coordenação de um grupo com esse grau de complexidade apresenta diversos desafios à aprovação de avanços ambientais. Tanto no Poder Executivo como no Congresso, negociar com o agronegócio, que responde por quase 25% do PIB e 20% dos empregos é, atualmente no Brasil, condição necessária para garantir um desenvolvimento socioeconômico aliado ao capital natural do país.

30. RIBAS, Mariana; FAFÁ, Larissa. Agronegócio segura votação de mercado de carbono no Senado. Jota. 27 set. 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/legislativo/agronegocio-segura-votacao-de-mercado-de-carbono-no-senado-27092023>

31. RAPS. A agenda do clima no Congresso Nacional: Uma pesquisa sobre opinião e comportamento dos parlamentares brasileiros. 2021. Disponível em: <https://www.raps.org.br/biblioteca/page/4/>

32. POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. Revista Brasileira de ciências sociais. Vol. 35, nº 104, 2020.

D. Questões globais x interesses locais

Uma hipótese adicional a respeito do desafio para dar tratamento à agenda climática em âmbito doméstico, em especial no que se refere ao Legislativo, é a baixa compreensão e envolvimento dos parlamentares médios em assuntos relacionados a matérias de política externa³³. As razões para isso apontam que parlamentares consideram que não obtêm ganhos eleitorais significativos no envolvimento com esses assuntos, assim como não se veem como parte definidora do processo decisório (uma vez que tratados internacionais são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, que dispõe de uma agência altamente especializada para esse fim, o Ministério das Relações Exteriores). Adicionalmente, percebe-se muitas vezes uma compreensão insuficiente por parte dos parlamentares e de suas assessorias sobre a governança global do clima, bem como os espaços decisórios existentes para influenciá-los e o seu papel, como representantes dos interesses nacionais, para fazê-lo. A realização da COP 30 (30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), em Belém em novembro de 2025, pode ser um fator importante para mudar essa percepção.

Ainda, percebe-se uma dificuldade de muitos parlamentares de correlacionarem seus votos específicos do dia a dia com o impacto na agenda climática. Um projeto de lei sobre regularização fundiária, por exemplo, cujos detalhes técnicos podem implicar em mais desmatamento, não é necessariamente compreendido como ligado diretamente à agenda climática, demandando também um grau de aprofundamento e interesse de que nem sempre os parlamentares dispõem diante do volume de assuntos com os quais lidam cotidianamente.

Por último, é preciso destacar o enfraquecimento do multilateralismo. Arranjos criados previamente, da Organização Mundial do Comércio (OMC) à Organização das Nações Unidas (ONU), não estão

33. DINIZ, Simone. Atos Internacionais e a Atuação do Legislativo. Revista Teoria e Pesquisa. 2009.

sendo capazes de dar respostas aos desafios do mundo contemporâneo, o que pode ser evidenciado pela paralisia que acomete a primeira desde o final da década passada, assim como pelas dificuldades do Conselho de Segurança da ONU em relação aos conflitos em curso no mundo.

Na questão climática, que ultrapassa as fronteiras dos Estados nacionais, a governança global do clima pode se beneficiar de democracias mais vibrantes, com processos inclusivos de participação e tomada de decisão em âmbito local.

E. Parlamentares nacionais x territoriais

Por fim, temos assistido a uma mudança na relação entre Executivo e Legislativo no país a partir da lógica orçamentária e da participação do Congresso Nacional na definição dos recursos da União. Embora a prerrogativa de propor a peça orçamentária continue sendo, como determina a Constituição de 1988, do Executivo, mudanças gradativas desde 2015 alteraram a balança de poder, conferindo maiores poderes ao Parlamento sobre o Orçamento nacional.

Nos anos recentes, diversas modalidades de transferência direta de recursos de parlamentares à população – com menor participação, portanto, do Poder Executivo – foram criadas e ampliadas. As chamadas “emendas parlamentares”, que em 2016 correspondiam a aproximadamente 5% dos gastos discricionários do governo, em 2022 foram de 21,5%, representando maior poder aos parlamentares. Elas permitem que congressistas enviem recursos diretamente para as suas bases eleitorais e com grande liberdade de escolha para a sua alocação, sem que seja necessário enquadrar o gasto em um plano mais amplo ou coordenado de desenvolvimento da região.³⁴

34. MALI, Tiago. Emendas são R\$ 1 de cada R\$ 4 investidos pelo governo. Poder 360. 29 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/emendas-sao-r-1-de-cada-r-4-investidos-pelo-governo/>

Tal medida, além do potencial de inviabilizar o orçamento da União como instrumento de planejamento do país, fatiado a partir de lógicas locais que pouco dialogam com as prioridades do desenvolvimento nacional, acaba por reforçar o caráter territorial do parlamentar, constantemente preocupado com o envio de recursos para locais que possam lhe render dividendos eleitorais na eleição seguinte. Assim, uma hipótese que se levanta é que o aprofundamento do poder do Parlamento diante das emendas pode ter um efeito negativo em assuntos de interesse nacional, tais como a questão climática, relegados a segundo plano diante dos incentivos institucionais existentes para direcionar grande parte das atenções e do empenho para questões meramente territoriais.

Considerações finais

As democracias liberais modernas se formaram e se desenvolveram às custas do clima, a partir da produção de energia vinda da exploração e da queima de carvão e petróleo. Séculos depois de terem sido forjadas, o mundo tem dado demonstrações sucessivas de que o modelo de desenvolvimento que nos trouxe aqui não é mais suportado pelo planeta. O futuro não pode, portanto, repetir o passado e as democracias do futuro devem ir além se quiserem se manter como um modelo político ainda competitivo e desejável.

Países democráticos precisarão encontrar maneiras de trabalhar e cooperar com países não democráticos, assumindo que o desalinhamento de princípios e valores precisará ser contornado diante da gravidade e da urgência do tema climático que paira sobre todos.

Por todo o globo, ao mesmo tempo em que as democracias dão sinais de dificuldades, a crise climática adquire contornos mais intensos, com

eventos extremos acontecendo em maior volume, intensidade e antecipadamente em relação ao que a ciência previa. Diante disso, e do fato de que se trata de um problema que ultrapassa as fronteiras dos Estados nacionais, países precisam fazer esforços domésticos para alterar suas rotas de emissões de gases de efeito estufa, aumentar suas ambições nacionais em relação a seus compromissos climáticos e vencer resistências internas para a implementação dessa agenda, o que é uma tarefa essencialmente política. Neste artigo, a partir de um levantamento da literatura internacional sobre o assunto, buscamos apontar alguns desses desafios internos relacionados a partir da observação empírica das autoras.

Considerando que não se trata de um desafio simples, e que não se trata também de um desafio que a maioria dos países têm tradição em enfrentar, alguns caminhos podem ser considerados possíveis e se mostram urgentes. Primeiramente, em matéria de política externa, países democráticos precisarão encontrar maneiras de trabalhar e cooperar com países não democráticos, assumindo que o desalinhamento de princípios e valores precisará ser contornado diante da gravidade e da urgência do tema climático que paira sobre todos.

Ainda, é preciso haver um investimento na conscientização dos membros dos parlamentos, de modo que eles passem a se enxergar como legítimos representantes dos interesses nacionais na relação com os demais países e a comunidade internacional (tarefa por vezes entendida como sendo uma atribuição exclusiva do Poder Executivo). Isso porque em geral o tratamento doméstico dos acordos internacionais é dado pelos Legislativos, bem como a apreciação e votação de assuntos cotidianos que apresentam relação com a agenda climática, da produção de alimentos à produção de energia. É preciso qualificar os tomadores de decisão, e, para isso, desde movimentos sociais de base até organizações civis, os próprios partidos políticos e a filantropia podem ter um papel relevante.

Adicionalmente, cidad es e eleitores precisam ser educados sobre o assunto, o que pode ser feito a partir da inserção da pauta climática de maneira transversal no currículo escolar e também a partir de campanhas de conscientização pública. Nesse aspecto, sabemos que um desafio adicional é encontrar maneiras de abordar o assunto a partir de uma perspectiva que v  além do desastre ambiental, de modo a gerar mudanças de comportamento com impactos positivos, e não uma paralisia a partir da percepção de que estamos todos à espera de uma catástrofe inevitável.

O conhecimento insuficiente, tanto por mandatários como por eleitores, é, portanto, um entrave   elaboração de políticas públicas consistentes na agenda ambiental, em especial se o que se almeja é um plano de desenvolvimento social e econ mico sustentável de longo prazo, que aproveite as potencialidades do Brasil, mas respeite os limites de seu capital natural. Se é preciso que movimentos sociais e organizações civis promovam valores democrático-climáticos de baixo para cima, também é igualmente necessário que partidos políticos – guardi es da democracia e recebedores de recursos públicos – e a filantropia se engajem em fomentar uma geração de candidatos que se comprometa com a agenda da mudança do clima para organizar as demandas da sociedade e traduzi-las em representação. O estímulo para que novas gerações se aproximem da política institucional também é uma tarefa importante, que pode trazer oxig nio ao sistema e maior senso de urgência   produção de políticas públicas.

A ausência de uma visão coincidente entre representantes e representados sobre a importância da agenda climática tem impactos de diversas ordens e é preciso corrigi-la. Em primeiro lugar, sobre os temas que são priorizados em campanhas eleitorais, uma vez que   da percepção dos candidatos que a agenda do clima tem pouca importância para seus eleitores. Por conseguinte, esta leitura pode interferir na priorização de políticas públicas e destinação orçamentária, uma vez

que os mandatários se veem com pouco apoio de seus pares para optar por alocar recursos para essa área. Por outro lado, o descompasso pode também intensificar a crise de representação, caso a população venha a perceber as mudanças climáticas como tema de fundamental importância, não devidamente endereçado pelos governantes.

Por fim, é importante ressaltar que, para além de um compromisso individual de qualificação e conscientização de representantes e representados, o desafio climático é essencialmente político, e, portanto, intrinsecamente coletivo. Ele depende, mais que de uma boa decisão na votação do projeto de lei x ou y ou de um bom representante eleito no próximo ciclo, de um projeto estruturante de desenvolvimento sustentável de país, que considere decisões – nem sempre fáceis de tomar – com impacto nas próximas décadas e séculos.

A mudança climática já se configura como uma crise adicional às democracias, que não dá sinais de arrefecimento no curto prazo. Cabe, nesse cenário, uma dose extra de compromisso público, de coragem e inovação democrática, que se espraíem desde iniciativas locais até multilaterais. Propostas existem e já estão sendo testadas. De novas modalidades de decisão em órgãos multilaterais a conselhos comunitários, audiências participativas e voto distrital, cabe à nossa geração encontrar respostas coletivas para problemas coletivos. Uma coisa é certa: não há solução possível fora da política.

Bibliografia

BRONZ, D.; ZHOURI, A.; CASTRO, E. Apresenta o: Passando a boiada: viola o de direitos, desregula o e desmanche ambiental no Brasil. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, 11 ago. 2020.

MALI, Tiago. Emendas são R\$ 1 de cada R\$ 4 investidos pelo governo. *Poder 360*. 29 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/emendas-sao-r-1-de-cada-r-4-investidos-pelo-governo/>

POMPEIA, C. A reascens o da extrema direita entre representa es políticas dos sistemas alimentares. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 53, 2 dez. 2021.

POMPEIA, C. *Forma o Política do Agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021a.

POMPEIA, Caio. Concerta o e Poder: o agronegócio como fen meno político no Brasil. *Revista Brasileira de ciências sociais*. Vol. 35, n  104, 2020.

POMPEIA, C. Opinião - Caio Pompeia: As cinco faces ambientais do agronegócio. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/as-cinco-faces-ambientais-do-agronegocio.shtml>>. Acesso em: 3 mar. 2023b.

POMPEIA, C.; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 57, 30 jun. 2021.

RAJ O, R.; DEL GIUDICE, R.; VAN DER HOFF, R.; CARVALHO E.B. *Uma Breve História da Legisla o Florestal Brasileira*. Florianópolis: Expressão, 2021.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>